

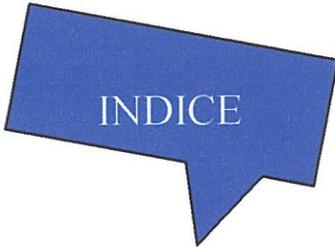


*Conselho das Comunidades Portuguesas*

*Reunião do Conselho Permanente das  
Comunidades Portuguesas*

*Compilação dos Trabalhos*

*Lisboa, 10, 11, e 12 de Março de 2005*



## INDICE

- I Acta**
- II Ordem de Trabalhos**
- III Moções**
- IV Propostas**
- V Deliberação; Requerimento; Declaração**
- VI Relatórios apresentados pelos diferentes pelouros**
  - *Segurança Social e Direitos dos emigrantes*
  - *Negócios e Investimentos*
  - *Viagens, Transporte e Turismo*
  - *Assuntos Europeus e Comunitários*
  - *Relações Públicas, Comunicação e Informação*
- VII Distribuição do orçamento do CCP para 2005**
- VIII Organização do Plenário Mundial do CCP**
- IX Data da próxima reunião**
- X Lista de presenças**

**I - ACTA**

## **REUNIÃO DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP**

**Dias 10, 11 e 12 de Março de 2005**

**Assembleia da República – Lisboa Portugal**

Sendo 9h 30m do dia 10 de março de 2005, encontrando-se reunidos na Sala D. Maria II da Assembleia da República, os membros do Conselho Permanente, Conselheiros Gabriel Fernádes, Eduardo Dias, Manuel Beja, Amadeu Batel como suplente de Rui Paz, José Figueiredo, José Luís Ferreira, José Morais, Carlos Pereira, António de Almeida e Silva, Inácio Pereira, Artur Cabugueira, Silvério Silva e José Pereira Coutinho, e tendo assistido como observador o Conselheiro Claudinor Salomão dos Estados Unidos da América, o Presidente do Conselho Permanente, Dr. António de Almeida e Silva deu início à reunião.

1. Apresentação à consideração da Acta da Reunião de 28, 29 e 30 de Outubro de 2004 que ratificada foi aprovada por unanimidade. Submetida à consideração a pauta dos trabalhos, ficou decidido unanimemente a modificação da mesma de forma a abordar a questão da preparação do plenário a seguir do orçamento.
2. O Presidente saúda a presença do Deputado eleito Gonçalo Nuno e faz referência à homenagem realizada ao companheiro Manuel Beja, manifestando que o CP prestigiasse com um membro desta investidura.
3. Inácio Pereira apresenta uma proposta de redistribuição das verbas do CCP. Depois de ardúo debate foi submetida à votação uma declaração, levando à consideração do novo Governo a atribuição de uma verba de 150.000 euros para a realização da Reunião Plenária prevista na lei, criando-se uma comissão para discutir com o novo Governo o acréscimo das verbas.

Compõem esta comissão Carlos Pereira, Manuel Beja, Gabriel Fernandes e Artur Cabugueira, assim como qualquer outro membro do CP que se encontre em Lisboa.

4. O Presidente saúda a presença do Deputado demissionário Eduardo Moreira.
5. O Presidente saúda a presença dos Deputados eleitos, José Cesário, Carlos Gonçalves e o Deputado demissionário Manuel Ferreira.
6. É aprovada a declaração apresentada sobre a questão do orçamento, igualmente fica decidido que uma vez que da verba existente de 195.500 euros se reserve 145.500 para a reunião plenária, a verba disponível seja atribuída segundo mandato do plenário, 20, 30 e 50%, esta decisão é tomada com 12 votos a favor e 1 voto contra, do Conselheiro Inácio Pereira que mantém a posição expressa na sua proposta.
7. Fica decidido enviar a todos os conselheiros o parecer da Direcção-Geral do Orçamento, sobre a definição das verbas do CCP como subsidio sujeito a prestação de contas.
8. Depois de algumas considerações, ficou decidido que a reunião plenária deverá ser realizada de 29 de junho a 2 de julho.
9. Junta-se á reunião o Dr. Alcides Martins.
10. A reunião é suspensa para os conselheiros assistirem à tomada de posse do novo parlamento.

#### **Continuação dos trabalhos dia 11 de março**

11. Junta-se à reunião o Conselheiro Mario Gomes como suplente do Laurentino Esteves.
12. Ficou decidido que os temas a serem tratados no Plenário serão os seguintes:
  - a) Lei e Constitucionalização do CCP;
  - b) Reestruturação consular e recenseamento eleitoral;
  - c) Comunicação Social das Comunidades Portuguesas;

- d) Questões económicas, Empresariais e de Investimento;
  - e) Questões Sociais e laborais;
  - f) Questões de contagem de tempo de serviço militar para efeitos de reforma;
  - g) Eliminação redundante do atestado da prova de vida dos emigrantes para questões da declaração do IRS.
13. Ficam comissionados António Almeida e Silva, Carlos Pereira e Inácio Pereira para a organização da logística da realização do plenário. Mundial de 2005.
14. Pelouro dos Grupos Parlamentares, o Dr. Almeida falou sobre a situação política actual, facto que impediu um maior contacto com os senhores parlamentares, referiu alguns temas de trabalho a ser realizado no futuro. Aprovado
15. Ensino de Português, José Figueiredo falou na parte relativa aos Estados Unidos. Aprovado
16. Associativismo e Juventude (Laurentino Esteves) não assistiu à reunião.
17. Assuntos Consulares, José Coutinho falou sobre a diversidade dos problemas consulares. Foi apresentada uma proposta pelo José Morais e José Figueiredo aprovada por unanimidade. Aprovado
18. Segurança Social e direitos dos emigrantes, Manuel Beja fez o relatório do Conselho Consultivo da Segurança Social no mês de Janeiro. Aprovado

#### **Continuação dos trabalhos dia 12 de março**

19. Negócios e investimentos; Artur Cabugueira falou sobre os problemas que vão afectar a economia nacional.
20. Transportes, viagens e alojamento: exposto por Silverio Silva. Aprovado
21. Lei da Nacionalidade, revisão da lei 48/96 e cidadania: o Dr. Alcides Martins recomenda uma moção sobre a constitucionalização do CCP e manifestou

que enviaria o relatório uma vez que acrescenta as contribuições que lhe foram hoje fornecidas.

22. Aprovada moção sobre a Constitucionalização do CCP.
23. Aprovada proposta de convite para os Directores das Comunidades Madeirenses e Açoreanas ao Plenário a realizar em Junho próximo.
24. Assuntos Europeus e Comunitarios; Eduardo Dias fala sobre quando pensa o Governo consultar sobre as questões da União Europeia. Aprovado.
25. Relações Públicas, Comunicação e Informação; Carlos Pereira. Aprovado.
26. Posição e acompanhamento das recomendações e moções aprovadas. Ficou decidido que Carlos Pereira e os companheiros que ficam em Lisboa tratarão o assunto.
27. Moções e recomendações:
  - a) Contagem de serviço militar..... Eduardo Dias; Aprovado
  - b) Negocios e Investimentos..... Artur Cabugeira; Aprovado
  - c) Abolir prova de Vida ..... Silvério Silva e José Coutinho; Aprovado
  - d) Proposta de Distribuição do Orçamento..... Carlos Pereira; Aprovado.
28. Ficou aprovada a realização da próxima reunião do Conselho Permanente para os dias 26, 27 e 28 de Outubro.

Inácio Afonso de Gouveia Pereira

Primeiro Secretário

Caracas 17 de março de 2005

## **II – ORDEM DE TRABALHOS**



## CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

### CONSELHO PERMANENTE

#### ORDEM DOS TRABALHOS

##### DIA 10-QUINTA-FEIRA

- 9,00 Horas: Abertura da reunião  
Acta sumária da última reunião  
Expediente  
Assuntos de funcionamento do CP
- 10,00 Orçamento de 2005  
Distribuição das verbas  
Questão das despesas dos Conselheiros e Estruturas do CCP  
(Inácio Gouveia e José Morais)
- 11,30 Preparação do Plenário do final de Junho
- 12,00 Ensino do Português ( Rui Paz e José Figueiredo)
- 12,30 Almoço na Assembléia da Republica
- 14,00 Ligação aos Grupos Parlamentares (Almeida e Silva)
- 15,00 Associativismo e Juventude (Laurentino Esteves)
- 16,00 Encontro com os Grupos Parlamentares

Encerramento dos trabalhos do dia.



## CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

### CONSELHO PERMANENTE

#### **DIA 11 –SEXTA-FEIRA**

- 9,00 Assuntos Consulares (José Coutinho)
- 10,00 Segurança Social e Direitos dos emigrantes ( Manuel Beja)  
Conselho Consultivo de Segurança Social
- 10,30 Negócios e Investimentos (Artur Cabugueira ,José Morais e José Luiz  
Ferreira-)
- 11,00 Transportes,viagens e alojamentos (Silvério Silva)
- 12,30 Almoço na Assembléia da República
- 15,30 Lei da Nacionalidade, Revisão Lei 48/96 e Cidadania (Dr. Alcides  
Martins) Obs. Suplente
- 16,30 Assuntos Comunitários Europeus ( Eduardo Dias)
- 17,15 Comunicação Social ( Carlos Pereira)  
Conselho Consultivo RTP1
- 18,00 -Posição e acompanhamento das recomendações e moções aprovadas
- 19,00 Encerramento dos trabalhos do dia.

#### **DIA 30 –SÁBADO**

- 9,00 Recomendações e Moções diversas
- 11,30 Designação da próxima reunião do segundo semestre.
- 13,00 Almoço de convívio e balanço dos trabalhos entre os Conselheiros

### **III – MOÇÕES**



Conselho das Comunidades Portuguesas

Aprovado  
Unanimemente

## MOÇÃO

Atendendo à necessidade de se aproveitar as potencialidades dos Jovens Portugueses e Luso descendentes residentes no estrangeiro e a fim de se poderem mostrar todas as suas faculdades quer profissionais quer intelectuais, torna-se imperativo que o Governo Português, através do seu Órgão mais directo e em conjunto com a Linha Aérea nacional (TAP), crie condições especiais, mais económicas, que facilitem as viagens aéreas entre os países onde existe um número mais significativo de Luso descendentes ou Jovens Portugueses.

Lisboa, 12 de Março de 2005





Conselho das Comunidades Portuguesas

Aprovado  
UNANIMIDADE  


### MOÇÃO

Os Conselheiros de África, Ásia e América do Norte vêm por este meio solicitar ao Conselho Permanente a aprovação de uma moção para que o Ministério das Finanças e a Caixa Geral de Aposentações decidam abolir de vez a apresentação anual da Prova de Vida aos aposentados residentes no estrangeiro, por ser redundante com a exigência anual da Declaração de Rendimentos do IRS que atesta, no fundo, a vida do aposentado

Lisboa, 11 de Março de 2005

OS CONSELHEIROS

✓



*Conselho das Comunidades Portuguesas*

*Aprovado*  
*UNANIMEMENTE*

## **MOÇÃO**

Os membros do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas em representação e interpretando o sentimento da nação peregrina, que se espraia pelas sete partidas, em número estimado de 4.500.000 de indivíduos, vem reiterar o desejo de ver consagrada na próxima reforma constitucional, a inserção do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) na Constituição da República Portuguesa como órgão consultivo do Estado Português para as políticas de emigração e Comunidades Portuguesas, a ser auscultado por aquelas autoridades, nas políticas públicas que lhe digam respeito.

Lisboa, 11 de Março de 2005

O CONSELHEIRO O

  
*Alcides Martins*



## **IV – PROPOSTAS**



Conselho das Comunidades Portuguesas

Unânime  
Aprovado

---



### PROPOSTA

Como responsável pelo Pelouro "Negócios e Investimentos", proponho que o Presidente do ICEP e IAPMEI, Sr. Manuel Carlos, seja convidado a enviar um técnico seu a estar presente no grupo de trabalho "Questões Económicas, Empresariais e de Investimento" a ter lugar na tarde do dia 30 de Junho, aquando da realização do Plenário Mundial.

Lisboa, 12 de Março de 2005

O CONSELHEIRO



Artur Cabugueira

✓

*Aprovado*



*Conselho das Comunidades Portuguesas*

**PROPOSTA**

O Conselho Permanente propõe ao Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas para intervir junto da TAP, no que diz respeito aos preços das taxas praticadas para emissão de bilhetes de viagens, no sentido de se evitar a disparidade no valor das taxas praticadas nos diferentes países da Europa, por exemplo no Luxemburgo a taxa é de € 30, na Bélgica é de € 15 e em Portugal é de € 10.

Lisboa, 12 de Março de 2005

*pep* O CONSELHO PERMANENTE DO CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

*Sup.*

✓



Conselho das Comunidades Portuguesas

Aprovado  
UNANIMEMENTE

### PROPOSTA

Por ocasião da celebração do Plenário do Conselho das Comunidades Portuguesas, no próximo mês de Junho, recomendo que seja estendido um convite ao Director das Comunidades Madeirenses e ao Director das Comunidades Açorianas, para que assistam à realização do Plenário.

Lisboa, 11 de Março de 2005

O CONSELHEIRO

  
Inácio Pereira

✓



Conselho das Comunidades Portuguesas

Augusto  
Comunidade  
*[Signature]*

## PROPOSTA

1. Que nos países de acolhimento onde actualmente se pratica o repatriamento de cidadãos portugueses não naturalizados seja implementada uma linha telefónica de emergência 24 horas por dia nas embaixadas de Portugal.
2. Que este número telefónico seja divulgado através dos órgãos de comunicação social nos mesmos países de acolhimento para que o/a cidadão(a) possa solicitar apoio legal em caso de necessidade.

Lisboa, 11 de Março de 2005

OS CONSELHEIROS

*[Signature]*  
José Morais

✓

**V – DELIBERAÇÃO;DECLARAÇÃO; REQUERIMENTO**



Conselho das Comunidades Portuguesas

*Aprovado*

## DELIBERAÇÃO

O Conselho Permanente delibera:

1. do Orçamento global do CCP retira-se o necessário para a realização do Plenário.
2. As verbas restantes serão distribuídas, tal como foi decidido no anterior plenário:
  - 50% - SE
  - 30% - CR
  - 20% - CP
3. O Conselho Permanente fará uma nova proposta de repartição no próximo plenário.
4. Há dois casos particulares da Secção Local dos EUA e Conselho Regional da América do Norte que serão tomados em consideração pelo actual orçamento.

Lisboa, 12 de Março de 2005

O CONSELHEIRO

*Carlos Pereira*





*Conselho das Comunidades Portuguesas*

*Amorim*

## **DECLARAÇÃO**

O Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas alerta o novo Governo para as dificuldades financeiras que colocam em causa o funcionamento normal do CCP e, em particular, a realização do Plenário Mundial do CCP que, por lei, deve realizar-se no decorrer do ano em curso.

A verba aprovada no Orçamento Geral do Estado, contestada logo de início pelos Conselheiros, e destinada ao funcionamento do Conselho: Plenário, Conselho Permanente, Comissões Regionais e Locais, é insuficiente e bloqueia o funcionamento de toda a estrutura.

Tendo em conta que o novo Governo preconiza a apresentação de um orçamento rectificativo, o CPCCP propõe que nesse quadro sejam revistas as verbas previstas para o funcionamento do CCP com um aumento de € 150.000.

No decorrer da reunião do CPCCP, foi decidida a criação de uma comissão que discutirá com o novo Governo um acréscimo das verbas necessárias ao bom funcionamento do CCP para o corrente ano e preparar o orçamento para 2006 em função das propostas orçamentais dos Conselhos Regionais e Locais.

Lisboa, 10 de Março de 2005

O CONSELHO PERMANENTE DO CONSELHO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

*Amorim*



Conselho das Comunidades Portuguesas

**REQUERIMENTO**  
**CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO MILITAR**  
**EX-COMBATENTES EMIGRANTES**

A Lei n.º 21/2004 e o DL 160/2004, que regulam o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar dos ex-combatentes emigrantes para efeitos de aposentação e reforma, ainda não foram regulamentados para permitir a sua execução pelos organismos de segurança social, nomeadamente pelo Centro Nacional de Pensões.

Com efeito, de acordo com o estipulado no artigo 3.º da Lei n.º 21/2004 e no artigo 13.º do DL 160/2004, a contagem do tempo de serviço militar prestado por antigos combatentes emigrantes será objecto de regulamentação própria que ainda não ocorreu até à presente data.

Actualmente, ninguém sabe quando é que os ex-combatentes emigrantes terão direito à contagem do tempo de serviço militar, quando irá decorrer a inscrição na Segurança Social e quando é que os emigrantes poderão obter o formulário E/205 para fazerem valer o seu tempo de serviço militar nos países de residência, junto dos organismos competentes em matéria de reforma.

- O que é que o novo Governo vai fazer?
- Quando é que os ex-combatentes emigrantes que não tenham vínculo à segurança social portuguesa poderão beneficiar do direito à contagem do tempo de serviço militar?
- Quando será publicada a regulamentação da Lei 21/2004 e do Decreto-Lei 160/2004?
- Serão incluídos os ex-combatentes emigrantes excluídos pelo Decreto-Lei 160/2004?
- Considerando que a maioria dos emigrantes que prestou serviço militar nunca descontou ou nunca foi inscrito na segurança social portuguesa, que medidas conta tomar o governo para possibilitar a sua inscrição na segurança social de modo a permitir a contagem desse tempo para efeitos de reforma?
- Dado que até ao momento apenas algumas associações de ex-combatentes residentes em Portugal têm participado nas discussões sobre esta matéria, que acções conta desenvolver o governo para permitir a participação das associações de ex-militares portugueses residentes no estrangeiro e do C.C.P.?

Lisboa, 10 de Março de 2005

Dirigir a: Senhor Primeiro-Ministro  
Senhor Ministro da Defesa  
Senhor Ministro da Segurança Social  
Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros

O CONSELHEIRO  
Eduardo Dias

**VI – RELATÓRIOS APRESENTADOS PELOS  
DIFERENTES PLOUROS**

*Negócios e Investimentos*



Conselho das Comunidades Portuguesas  
Zimbabwe

*Approved*  
UNANIMELY

**PELOURO**  
**NEGÓCIOS E INVESTIMENTOS**

Em Outubro passado e relacionado com este pelouro, apresentei um relatório mais ou menos sucinto sobre a actividade, comportamento e relacionamento de alguns exportadores Portugueses, mais propriamente com a forma, suavidade e agressividade com que alguns atacam ou deveriam atacar os mercados na sua globalidade.

Desta vez e dado as grandes ameaças que os nossos mercados de calçado e têxteis estão a sofrer é deles e sobre eles que eu vou incidir este relatório.

Assim e referindo-me, novamente, aos Conselheiros para a Internacionalização da Economia Portuguesa estes tiveram a sua 5.<sup>a</sup> reunião anual nos passados dias 9 e 10 de Dezembro transacto, no Instituto de Defesa Nacional com a presença de 36 Conselheiros, dos 42 existentes, de 36 países. Entre os objectivos destacaram-se o favorecimento da ligação da economia Portuguesa no mundo, aconselhar os poderes políticos na elaboração de uma política económica internacional e contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas.

Esta reunião cuja abertura foi presidida pelo Senhor Ministro da Economia de então, Dr. Álvaro Barreto, estiveram presentes a Secretária de Estado do Comércio e Indústria Dra. Graça Proença de Carvalho, o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas Carlos Gonçalves e o Vice-Presidente do ICEP Diogo Tavares.

Antes da reunião foram recebidos pelo Primeiro-ministro na sua residência oficial de S. Bento.

Como também por mim já foi referido, esta rede de conselheiros foi constituída em Janeiro de 2000 com base num protocolo de colaboração assinado entre o ICEP e o CMECP. São nomeados pelo Ministro da Economia por mandatos de três anos e são designados de entre os gestores ou empresários portugueses, residentes no estrangeiro que gozem de notoriedade e reconhecimento no mundo dos negócios e da internacionalização.

Têm a responsabilidade de actuar como multiplicadores de opinião em matéria de imagem de Portugal moderno e de funcionar como dinamizadores de Câmaras de Comércio Portuguesas no mundo. Por se encontrarem em condições privilegiadas

Para detectar/comunicar oportunidades de negócio e investimento, **elaboram pareceres a pedido do Ministério dos Assuntos Económicos e dão apoio às empresas portuguesas que pretendam expandir os seus negócios além fronteiras.** **Desempenham ainda funções de ligação junto da Comunicação Social e dos centros de decisão locais.**

Também nos dias 24 e 25 do passado mês de Janeiro se reuniram em Lisboa os delegados do ICEP de todo o mundo, convocados pelo seu Presidente Dr. Manuel Carlos. Na agenda encontrava-se a fusão do ICEP com o IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas Médias Empresas e ao Investimento), e a transformação dos dois Institutos em entidade Pública Empresarial, **ainda sem nome.** Manuel Carlos quer tentar ultrapassar os constrangimentos que sente ao dirigir os dois Institutos e admite mesmo, recorrer à criação de “holdings” para dirigir as participações financeiras do IAPMEI.

Este processo de fusão feito em articulação com o ministro das Actividades Económicas, deve custar cerca de dois milhões de Euros que, em princípio, deverão ser recuperados com as mais valias e com as economias de escala decorrentes do processo.



Este encontro presidido pelo Governador do Banco de Portugal Dr. Victor Constâncio, vai marcar uma nova fase no relacionamento dos Delegados do ICEP com as Associações representativas de fileiras sectoriais como o têxtil, o calçado ou a construção.

O projecto está articulado com a posição do ministro das Actividades Económicas mas só vai ser aplicado pelo novo Governo, caso o entenda, dado que não houve tempo de ter posto as mudanças no terreno até ao passado dia 20 de Fevereiro dia das legislativas antecipadas, como é sabido.

Há economistas, como o Dr. António Borges, que opinam de que se não pode aumentar a competitividade com “**choques**” e que a resolução dos problemas estruturais do País, precisam dum novo paradigma e esse passa por olhar com atenção para o exemplo **Norte Americano** que apresenta elevadas taxas de crescimento da produtividade e, logo, de competitividade. Neste quadro colocam-se, igualmente, sérias dúvidas sobre a bondade do modelo económico europeu sustentado pelas grandes economias da Alemanha e da França que, quanto a alguns economistas, se consideram desajustadas em relação às prioridades e enfeudadas a uma visão excessivamente do Estado.

### **CALÇADO E TÊXTEIS, COMPETIÇÃO DA ÍNDIA E DA CHINA E O “CERCO” À ECONOMIA PORTUGUESA.**

Nos têxteis a ameaça é imediata. A liberalização do sector desde Janeiro de 2005, já levou a OMC (Organização Mundial do Comércio) a prever que a quota de mercado global da China irá crescer de 17 a 50 por cento nos próximos três anos.

Certamente que os receios não são exclusivamente portugueses. A crescente transferência de empregos na área das tecnologias de informação para a Índia criou em 2004 uma autêntica paranóia nos EUA em relação ao “outsourcing”.

Embora com modelos de desenvolvimento muito diferentes a Índia e a China crescem a ritmos que farão delas super potências económicas nos próximos 10 a 15 anos, principalmente nos sectores mais tradicionais da economia Portuguesa, que são os têxteis e calçado. Há, por isso, necessidade da economia Portuguesa se modernizar em resposta à competição asiática. Se não houver **inovação** bem podemos ter medo às Chinas e às Índias, pois a nossa economia no respeitante aqueles produtos pode entrar no colapso.

Para contrariar o tal colapso e se protegerem do apregoado cerco, consta-se, inclusive, que já há empresas de têxteis Portuguesas, Riopelle e Maconde a pensarem deslocalizar parte da sua produção de Portugal e de outros países para a China.

Segundo um relatório do National Intelligence Council da CIA apresentado no princípio de Janeiro passado, a China e a Índia irão, dentro de alguns anos, disputar a supremacia económica global aos EUA, embora o modo como cada uma lá vai chegar seja substancialmente diferente. A ser assim, é mais que real que os nossos **empresários de têxteis e calçado** estejam preocupados com o futuro das suas empresas e que o desemprego possa vir a aumentar por falência de algumas e a deslocalização de outras.

Também nos dias 27 e 28 de Janeiro passado, a MOCAP (Mostra Portuguesa de Calçado) apoiada pelo Programa de Incentivo à Modernização Empresarial (PRIME) deu início à 54ª edição na Alfândega do Porto. Este ano a MOCAP apresentou uma área de **“young designers”** dedicada aos jovens mais talentosos com propostas de moda, dos alunos do Centro de formação Profissional da Indústria de Calçado e da Escola Profissional de Felgueiras, num total de mais de 300 estilistas que pela primeira vez entram num certame profissional.

De acordo com o Senhor Paulo Gonçalves, porta voz da APICCAPS (Associação Portuguesa, Componentes e Artigos de Peles e seus Sucedâneos), esta Associação vai investir 10 milhões de Euros em eventos internacionais com o objectivo de alargar a



base exportadora e diversificar os mercados de destino, para escapar ao tal cerco dos asiáticos e outros. Pensa-se que durante o corrente ano os eventos internacionais aumentem de 25 para 400, envolvendo um universo de mais de 200 empresas o que é muito significativo atendendo à desarticulação que se vinha notando no mercado exportador Português.

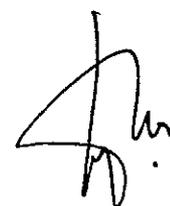
No âmbito desta estratégia de diversificação dos destinos das exportações de calçado português a APICCAPS planeia organizar missões empresariais de prospecção nos mercados do Brasil, Índia e Vietname e procurará novas oportunidades para países para onde actualmente exportamos, embora esporadicamente, nomeadamente EUA, Rússia e China.

O objectivo é, principalmente, alargar o horizonte às empresas, seja numa estratégia meramente produtiva, através da concretização de parcerias ou seja numa lógica de deslocalização da produção, subcontratação ou comercial.

Embora toda esta estratégia possa, à prior, passar por mais desemprego, o futuro diz-nos que só realizando estratégias de internacionalização cada vez mais elaboradas, estas possam, de modo mais eficaz, responder aos desafios colocados pela globalização e intensificação da concorrência.

Entretanto e dada a sofisticação das tecnologias, o sector Empresarial Português investiu, nos anos de 2003 e 2004, cerca de 16 milhões de Euros, em núcleos de I&DT (Investigação e Desenvolvimento Tecnológico), cativando apoios na ordem de 6 milhões de euros ao abrigo deste programa. Os resultados mostram-nos como é importante que as empresas portuguesas se dediquem à constituição e formalização de equipas de pessoas com competências em Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

Num relatório recentemente publicado pela União Europeia lê-se que no domínio das tecnologias da sociedade da informação (TSI) é fundamental que a EU se converta na economia do



conhecimento mais competitiva do mundo. Para tal é necessário investir mais para que se possa atingir uma “massa crítica” neste domínio. Todavia, há necessidade, também, de reduzir a burocracia, factor moroso, que tende paralisar a própria investigação.

Dado a vulnerabilidade dos mercados e subsequente degradação da economia, prevê-se que na Zona EURO a economia se expanda a um ritmo idêntico ao de 2004. Salienta-se, no entanto, que a mesma não está isenta de riscos, os quais poderão implicar que o crescimento seja mais fraco do que o esperado.

Isto poderá acontecer se a moeda americana sofrer uma depreciação abrupta poderá limitar o crescimento das economias cuja retoma está dependente do comércio externo. Além deste problemático problema poderá surgir um outro que é o risco do petróleo poder vir a registar uma valorização significativa, limitando assim o crescimento da economia global.

Assim e vendo a economia pelo lado positivo, espero que possam aparecer factores, ao longo do ano, que criem condições financeiras favoráveis para que o investimento estrangeiro em Portugal se revele mais forte do que o esperado.

Que os Exportadores Portugueses possam permanecer activos para bem da nossa economia e que contem, para além dos Institutos ICEP e outros e dos Conselheiros para a Internacionalização da Economia, com o Conselho das Comunidades Portuguesas para os informar e ajudar onde quer que seja necessário e possível.

U

ARTUR CABUGUEIRA  
Conselheiro CPCP

2005/03/09

JOSE MORAIS  
CM

Baseado em:

Conhecimento geral adquirido sobre leituras, de artigos de fundo de economistas Portugueses e Ingleses publicados em jornais e revistas de economia.

*Viagens, Transporte e Turismo*



Conselho das Comunidades Portuguesas  
África

Silverio Soares da Silva  
Conselheiro Coordenador e Permanente

*Approved*  
UNANIMÉ

## Pelouro de viagens transporte e turismo

Análise sobre a situação actual do mundo de turismo

*Desde há cerca de 5 anos o ramo de transportes especialmente o transporte aéreo tornou-se cada vez mais difícil e até insuportável para milhares de Portugueses emigrantes que em tempos passados se dedicaram ao ramo de viagens e turismo nos seus países de acolhimento, e hoje vêm os seus esforços a serem destruídos pelas linhas aéreas que a todo o custo tentam acabar com a existência das agencias de viagens, que no entender deles hoje são uns "Partakers e não uns Partners".*

*Assim mais de mil agencias de viagens pertencentes a portugueses emigrantes ou seus filhos (lusodescendentes) em todo o mundo, estão a pagar a factura de terem ao longo dos (alguns mais de 40) anos terem dedicado o seu saber, a sua experiência e a sua lealdade á nossa linha aérea nacional Tap AirPortugal, que vêm retiradas todas as comissões que até aqui davam aos seus agentes ignorando todo o sacrificio, toda a honestidade e toda a lealdade que sempre dedicaram á TAP. A partir de agora não só os veteranos agentes portugueses de viagens e turismo no estrangeiro vão sofrer com essa infeliz decisão, mas o pior de tudo são os milhares (estimados em mais de 15 mil) funcionários dessas agencias que são ou portugueses de origem ou lusodescendentes que poderão perder o emprego que aprenderam e investiram, já que os cursos de qualquer consultora de viagens obedeceu a um dispêndio financeiro considerável. Hoje as linhas aéreas tentam a todo o custo captar os clientes leais e amigos das agencias de viagens, oferecendo-lhes condições que não dão neste momento a nenhum agente de viagens. Muitas agencias de turismo Portuguesas que alem de serem agentes de viagens são também um segundo senão um primeiro consulado português, que tem servido as nossas comunidades nos pedidos de toda a espécie de informações, como também executores de serviços duma comunidade que muitas das vezes não pode perder tempo do seu trabalho para não perder o emprego. Sendo assim as nossas comunidades vão ficar mais isoladas e menos assistidas o que tornará muito mais difícil a sua vida como emigrante.*

### VIAGENS

Existe muita possibilidade de por ocasião das reuniões tanto do Plenário Mundial do CCP, como do Conselho Permanente, pouparmos milhares de Euros se conseguirmos aproveitar as condições especiais e promocionais que algumas companhias aéreas oferecem. Devo dizer que do país onde estou - África do Sul- se tivesse aproveitado as tais condições que no mês de fevereiro e até 15 de março certas linhas aéreas nos concedem, pouparia ao nosso orçamento mais de (800) Euros para viajar em junho próximo. Os países da Europa poderão também beneficiar dessas mesmas condições que são mais ou menos iguais e igualmente concedidas por algumas linhas aéreas dentro da Europa.

### ALOJAMENTO

*Os preços praticados pelos hotéis que temos usado para as nossas estadias não são especiais e estão dentro da normalidade. Apresentei recentemente uma sugestão para podermos poupar este ano umas boas centenas de Euros, mas como não foi bem aceite por alguns dos colegas conselheiros, deixarei para mais tarde um outro estudo depois de colher mais informações.*

### TURISMO

Mais uma vez chamo á atenção dos nossos novos deputados pela emigração das vantagens que os luso descendentes poderão beneficiar se o Governo português lhes der a possibilidade de fazerem “turismo educacional” em sistema triangular. Assim os lusodescendentes poderão compartilhar entre si nas diferentes comunidades o seu saber as suas capacidades e as suas potencialidades para um bem comum que é o de continuarem a manter as culturas e os ideais que os seus pais lhe ensinaram do nosso Portugal.

Silvério Silva

*Assuntos Europeus e Comunitários*



Conselho das Comunidades Portuguesas

*Aprovado*

## **PELOURO DOS ASSUNTOS EUROPEUS E COMUNITÁRIOS**

### **COMPLEMENTO DO RELATÓRIO APROVADO EM 30 DE OUTUBRO DE 2004**

1. Desde o dia 1 de Março, passou a existir um cartão Europeu do Seguro de Doença que dispensa a utilização do Formulário E/111.

O Estado Português, através da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e em colaboração com a comunicação social, deveria divulgar este novo direito e as suas possibilidades.

2. A Constituição Europeia foi aprovada, mas os cidadãos desconhecem a sua estrutura, os direitos definidos e consagrados e qual a sua influência na vida dos cidadãos.

No entanto esta Constituição só entrará em vigor depois de ratificada pelos diversos Estados-membros, que pelas informações divulgadas será feita pelo recurso a referendo.

Cabe perguntar, como vão participar os emigrantes neste referendo?

Que campanha será organizada para informar os emigrantes sobre este novo tratado e como pensa o Governo associar o Conselho das Comunidades Portuguesas a este debate de interesse nacional?

3. A proposta de Directiva "BOLKESTEIN" visando uma maior liberdade em matéria de prestação de serviços que a ser aprovada alteraria por completo o modelo social europeu assente no princípio de igualdade de tratamento segundo as condições do país de acolhimento está a ser discutida em todos os países europeus sem que os nossos emigrantes estejam a ser devidamente informados das suas consequências.

Esta proposta de directiva introduziria o princípio do "país de origem" das empresas o que levaria a instituição do "dumping social" já que as empresas deslocariam os seus trabalhadores sem terem que conceder-lhes as condições do país de destino.



*Conselho das Comunidades Portuguesas*

Que pensa o Governo fazer para se opor a este directiva e como, e quando, pensa o Governo consultar o CCP sobre esta matéria?

Reiteramos a nossa exigência:

- que haja maior informação na comunicação social, em particular na RTPi, sobre as questões da União Europeia e das suas implicações nas Comunidades migrantes;
- que seja criada uma ligação mais célere dos emigrantes com o DAISS para resposta e resolução dos problemas que se colocam quando existe envolvimento de vários Regimes dos vários países;
- lembrar que o site da União Europeia que funciona com vinte línguas é [www.europa.int](http://www.europa.int)

Lisboa, 11 de Março de 2005

O Conselheiro



Eduardo Dias

Anexo: Relatório aprovado em 30/10/2004



## **PELOURO DOS ASSUNTOS EUROPEUS E COMUNITÁRIOS**

1. Portugal integra a União Europeia desde 1986.

Actualmente, a União Europeia é composta por 25 países, após a adesão de dez novos Estados a partir do dia 1 de Maio de 2004.

2. A legislação europeia (Tratados, Regulamentos, Directivas, Recomendações, Acordos, etc.) é cada vez mais a fonte de direitos, deveres ou garantias dos cidadãos que residem ou trabalham no espaço da UE.

Isto significa que a soberania dos Estados está cada vez mais reduzida na medida em que a legislação internacional é de grau superior à nacional.

3. No quadro desta legislação que é extremamente complexa e quase desconhecida da generalidade dos cidadãos, figuram matérias tão importantes como a Coordenação dos Regimes de Segurança Social e a Livre Circulação de Trabalhadores que são fundamentais na vida quotidiana das Comunidades.

4. Pode-se afirmar que quase toda a legislação produzida em cada Estado-Membro deve estar em conformidade com a legislação europeia:

- Livre Circulação de Capitais
- Livre Circulação de Mercadorias
- Livre Prestação de Serviços
- Livre Circulação de Trabalhadores

São estas as quatro liberdades fundamentais que a UE prossegue, procurando eliminar todos os entraves ao seu desenvolvimento.

5. Desde a última reunião, a UE passou a contar com mais dez novos países que na sua maioria tem um nível socio-económico inferior à média dos países membros. Em consequência, muitos dos Fundos Comunitários serão desviados de Portugal para os novos países.

6. Neste período, passou a existir um cartão Europeu do Seguro de Doença, desde 1 de Junho de 2004, que dispensa a utilização do Formulário E/111. Infelizmente, Portugal ainda não dispõe deste cartão o que limita o direito dos residentes em Portugal.



Conselho das Comunidades Portuguesas

- que seja criada uma ligação mais célere dos emigrantes com o DAISS para resposta e resolução dos problemas que se colocam quando existe envolvimento de vários Regimes <sup>e de</sup> ~~de~~ vários países;
- divulgação das normas mais importantes de forma acessível aos cidadãos;
- o site da União Europeia que funciona com vinte línguas é [www.europa.int](http://www.europa.int)



Conselho das Comunidades Portuguesas

Lisboa, 30 de Outubro de 2004

O Conselheiro



Eduardo Dias

*Relações Públicas, Comunicação e Informação*



*Aprovado*

**Pelouro:**  
**Relações públicas, comunicação e informação**

Este é um relatório intermediário que faz um ponto da situação sobre o Pelouro da Comunicação Social.

**Ponto da situação**

1. Já há alguns meses que foi decidido desbloquear fundos para actualizar o site do CCP, dando-lhe maior funcionalidade. A remodelação será efectuada pela empresa CiberAtlântida que já faz a manutenção do site. Vamos acelerar este processo para que o novo site esteja on line antes do Plenário.
2. Estamos a receber regularmente mensagens com pedidos de informação que nos chegam via site do CCP. Todas as mensagens são respondidas e em geral re-encaminhamos para outros organismos.
3. As informações dos Conselheiros estão a ser distribuídas regularmente por e-mail para uma vasta lista de contactos. A imprensa das Comunidades tem dado destaque das nossas acções.
4. Iniciámos contactos com a Rádio Alfa de Paris que já aceitou acolher um programa mensal sobre o Conselho, a difundir a partir dos estúdios de Paris, com intervenção telefónica de todos os Conselheiros, sempre que tenham actualidade. Este programa será difundido em FM na região de Paris, para toda a Europa por satélite e para todo o mundo por internet.
5. Temos continuado a acompanhar de perto o processo que preocupa actualmente a Rádio Triunfo de Roubaix (perto de Lille, em França) que está em perigo de perder a frequência. Enquanto responsável pelo Pelouro da Comunicação Social, tenho intervindo junto do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, da Embaixada de Portugal em França e da própria rádio. Neste momento o assunto ainda não está completamente resolvido, mas há sinais positivos de um recuo por parte das autoridades francesas.
6. O programa "Portugal no Coração" foi mais uma vez festejar o seu aniversário a Paris, com uma difusão a partir dos salões nobres da Câmara Municipal de Paris, em prime-time, para Portugal e para todo o mundo.

7. Por acção do Conselho, foram programados também cantores portugueses residentes em França.
8. O Presidente do Conselho Permanente esteve presente no programa e interviram em diferido os Conselheiros Rui Paz (Alemanha), Eduardo Dias (Luxemburgo), Joe Eustáquio (Canadá) e José Pereira Coutinho (Macau). Nunca o Conselho tinha tido tanta visibilidade em prime-time na televisão portuguesa.
9. O programa Europa Contacto passou a semanal.
10. Contrariamente ao que nos tinha sido prometido, a RTP continua a não ter correspondente em França, nem no Canadá.
11. Para dar uma maior visibilidade ao Conselho das Comunidades Portuguesas, o CPCP propõe a contratação de um assessor de imprensa que acompanhe e divulgue as acções da Comunidade.  
A título experimental e no quadro orçamental actual propomos a contratação de um assessor durante o período da realização do próximo Plenário Mundial.

---

*Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas  
Pelouro da Comunicação Social  
12 de Março de 2005*

*Carlos Pereira*

**VII – DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO DO CCP PARA  
2005**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTO DE ESTADO**  
**Conselho das Comunidades Portuguesas - Ano 2005**

<b>ORÇAMENTO CCP</b>	<b>230.000,00</b>
Congelamento 15%	34.500,00
Reserva Reunião Plenária	145.500,00
Pag. Despesas 2004 Cons. Reg Am. Norte e SL E.U.A e Bermudas	3.594,00
<b>ORÇAMENTO FINAL</b>	<b>46.406,00</b>

**DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO SEGUNDO AS FÓRMULAS APROVADAS EM PLENÁRIO**

Conselho Permanente	9.281,20	20,00%
Conselhos Regionais	13.921,80	30,00%
Secções Locais	23.203,00	50,00%
<b>TOTAL</b>	<b>46.406,00</b>	<b>100,00%</b>

**DESPESAS EFECTUADAS**

**Funcionamento das Estruturas**

Conselho Permanente	14.214,83
Conselhos Regionais	0,00
Secções Locais	0,00

**VIII – ORGANIZAÇÃO DO PLENÁRIO MUNDIAL DO  
CCP**



*Conselho das Comunidades Portuguesas*

Senhores(as) Conselheiros(as)

Em conformidade com o discutido na Reunião do Conselho Permanente, realizada nos dias 10, 11 e 12 de Março de 2005, ficou decidida a estrutura do Plenário a realizar-se nos dias 29 de Junho a 1 de Julho do corrente ano, conforme proposta em anexo.

Objectivando organizar o evento da forma mais eficaz e representativa possível, solicita-se a análise e eventuais sugestões de todos os membros do Conselho das Comunidades Portuguesas – CCP, até ao dia 15 de Abril, tendo em vista a necessidade da observância ao prazo definido no artigo 15, item 1, da Lei n.º 48/96, e alterações posteriores.

Desde já, manifesto o agradecimento, aproveitando o ensejo para reiterar a alta estima e consideração.

Atenciosamente,

*António de Almeida e Silva*

PRESIDENTE DO CONSELHO PERMANENTE

**Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP)**  
**Conselho Permanente**

**Organização do Plenário**  
**Mundial do CCP**

O Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas, reunido em Lisboa nos dias 10, 11 e 12 de Março, faz a seguinte proposta (ainda sumária) de organização do Plenário das Comunidades Portuguesas:

**Quarta-feira, dia 29 de Junho**

**Manhã:**

- Abertura do Plenário
- Questões legais
- Relatório do Conselho Permanente
- Debate

**Tarde:**

- Reuniões dos Conselhos Regionais

**Quinta-feira, dia 30 de Junho**

**Manhã:**

- Continuação das reuniões dos Conselhos Regionais

**Tarde:**

- Reunião dos grupos específicos de trabalho

**Sexta-feira, dia 1 de Julho**

**Manhã:**

- Apresentação e debate dos relatórios dos grupos de trabalho.

**Tarde:**

- Debate sobre o Manifesto das Comunidades Portuguesas no Mundo
- Encerramento do Plenário

***Ficou ainda decidido o seguinte:***

- Uma comissão do Conselho Permanente encontra-se brevemente em Lisboa com os novos Governantes para debater a necessidade de um reforço orçamental para realização do Plenário sem bloquear o conjunto do Conselho. Fazem parte desta comissão Carlos Pereira, José Morais, Manuel Beja, Gabriel Fernandes, Artur Cabugueira e Eduardo Dias.
- Conselho Permanente vai fazer uma proposta de Manifesto das Comunidades Portuguesas no Mundo. Delegou nos Conselheiros Amadeu Batel, Manuel Beja e José Figueiredo a redacção da primeira proposta de texto.
- Manifesto vai ser debatido nos Conselhos Regionais e depois no Debate do dia 1 de Julho.
- Os grupos de trabalho específicos são:
  - Lei do CCP e sua constitucionalização
  - Restruturação consular e recenseamento eleitoral
  - Comunicação social das comunidades
  - Questões económicas, empresariais e de investimento
  - Questões sociais e laborais
  - Contagem do tempo de serviço militar
  - Eliminação redundante do atestado da prova de vida dos emigrantes para questões de declaração do IRS

Para estes grupos de trabalho vamos convidar dirigentes políticos e pessoal técnico de apoio.

Informamos ainda que, por deliberação do Conselho Permanente, a organização prática do Plenário será feita pelos Conselheiros António de Almeida e Silva, Carlos Pereira e Inácio Pereira.

**IX – DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO**



*Conselho das Comunidades Portuguesas*

**PROPOSTA**

Que a próxima reunião do Conselho Permanente seja marcada para os dias 26, 27 e 28 de Outubro de 2005.

Lisboa, 12 de Março de 2005

O PRESIDENTE DO CONSELHO PERMANENTE

*António Almeida e Silva*

▷